



Uma filosofia para o Brasil: a identidade nacional brasileira em *A estética da vida*

A Philosophy for Brazil: Brazilian National Identity in The Aesthetics of Life

Débora Priscila Graeff¹

orcid.org/0000-0002-4198-9105
debopgra@gmail.com

Recebido em: 22 nov. 2019.

Aprovado em: 22 mai. 2020.

Publicado em: 30 out. 2020.

Resumo: Este artigo têm o objetivo de analisar de que maneira o escritor José Pereira da Graça Aranha representou a identidade nacional brasileira no conjunto de ensaios *A estética da vida*, publicado em 1921. José Pereira da Graça Aranha (1868-1931), natural de São Luís do Maranhão, escritor e diplomata brasileiro, formou-se em Direito pela Faculdade de Direito do Recife. Graça Aranha preocupou-se em definir o que significava ser brasileiro. Na tentativa de sanar essa questão, elaborou e procurou explicar o que constituía o ser brasileiro e os motivos de se ter tais características. Divulgou seus projetos através de publicações, que compreendiam textos como ensaios, novelas, romances, entre outros. A obra *A estética da vida* é formada por um conjunto de ensaios, dentre os quais Aranha expõe suas concepções filosóficas de mundo, principalmente a teoria monista e a visão de que cada povo tem uma característica própria que formaria a alma da raça. Para Aranha, cada nação integraria o todo universal através de sua singularidade. Nessa obra, o autor explica como seria formado esse todo e de que maneira o Brasil poderia encontrar sua característica para integrá-lo, defendendo a conservação das características portuguesas e a união política de Brasil e Portugal.

Palavras-chave: Identidade nacional. Graça Aranha. Estética da vida.

Abstract: This article aims to analyze how the writer José Pereira da Graça Aranha represented the Brazilian national identity in the set of essays *The aesthetics of life*, published in 1921. José Pereira da Graça Aranha (1868-1931), born in São Luís do Maranhão, Brazilian writer and diplomat, graduated in Law from the Recife Law School. Graça Aranha was concerned with defining what it meant to be Brazilian. In an attempt to address this issue, he elaborated to explain what constituted the Brazilian being and the reasons for having such characteristics. He publicized his projects through publications, which included texts such as essays, novels, among others. The Aesthetic work of life is formed by a set of essays, among which Aranha exposes her philosophical conceptions of the world, presenting the view that each people has its own characteristic that would form the soul of the race. For Aranha, each nation would integrate the universal whole through its uniqueness. In this work the author explains how this whole would be formed and how Brazil could find its characteristic to integrate it, defending the conservation of Portuguese characteristics and the political union of Brazil and Portugal.

Keywords: National identity. Graça Aranha. Aesthetics of life.

Introdução

Graça Aranha retornou ao Brasil com seu conjunto de ensaios, *A estética da vida*, já publicado, mas ainda pouco conhecido entre os letrados nacionais. Quando o autor se encontrou com os modernistas de São Paulo, poucos conheciam a referida obra, como mostra Azevedo (2002). No ano de 1921, iniciaram-se as relações entre Graça Aranha e os artistas do movimento modernista e, com isso, a conseqüente preparação para



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

¹ Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), São Leopoldo, RS, Brasil.

² Em função do trabalho diplomático, entre 1899 e 1921, o escritor maranhense viveu a maior parte do tempo na Europa, com viagens esporádicas para o Brasil.

a Semana de Arte Moderna. O autor buscava divulgar no País as ideias da obra recentemente publicada, e ao tentar propor esse pensamento como uma base para a renovação artística, foi reconhecido por muitos como um dos líderes do movimento.³ Seu nome, ao lado de Paulo Prado, foi um dos principais na divulgação do evento de fevereiro de 1922. Na realização da abertura da Semana, Aranha defendeu muitas ideias expostas em *A estética da vida*.

O conjunto de ensaios, de 244 páginas, foi dividido em quatro grandes segmentos, denominados: "A unidade infinita do todo", "Metafísica Brasileira", "Cultura e civilização" e a última parte, intitulada "Ins". Em seus textos, Graça Aranha aborda principalmente a relação do homem com a natureza do Brasil, como se formou a sociedade brasileira e de que maneira essa deve compreender e dominar a natureza. Em uma parte inicial, o escritor acadêmico discorre sobre a formação de uma consciência metafísica do ser humano, as diferentes maneiras pelas quais o universo foi compreendido ao longo do tempo e qual seria a relação ideal entre o homem e o universo. Também se destaca o papel da arte para o entendimento da unidade do todo, para expressar o Brasil e quais conceitos a arte brasileira deveria seguir. O autor considerou a compreensão sobre a nação fundamental, pois era nela que o ser individual se completava e através dela se encontraria na unidade infinita do todo.

Na obra *A estética da vida*, Aranha apresentou alguns ideais relacionados com as concepções do fim do século XIX, e defendeu a conservação de características portuguesas. Porém, algumas concepções de Aranha se modificaram ao longo da década de 1920. Para compreender como o autor construiu o ideal de nacionalidade que divulgou na obra de 1921⁴, estudaremos o contexto do autor durante a escrita, em quais meios atuou e com quais ideias estabeleceu diálogo. Assim, serão

apresentados nos próximos tópicos as bases teóricas do presente estudo, as ações de Aranha no período da escrita, as influências teóricas de Graça Aranha, construídas principalmente na Escola de Recife, e a investigação dos temas que os ensaios abordam. Dentre esses destacamos o conceito de nação formulado por Aranha, o traço que o autor considera característico do Brasil – a imaginação –, a proposta de valorização dessa singularidade e a ideia de união entre Brasil e Portugal.

1 Questões teóricas

Para formularmos a construção da concepção de nação, buscamos as considerações de Eric Hobsbawm (1990) e Benedict Anderson (2008). Consideramos oportuno o estudo a partir desses dois autores, observando que Anderson e Hobsbawm consideram a construção do sentimento nacional a partir da modernidade. Observando que nenhum critério satisfatório pode ser achado para decidir quais coletividades humanas deveriam ser rotuladas nações, Hobsbawm afirma que os fundamentos frequentemente utilizados, como língua, etnia, território ou traços culturais comuns não foram suficientes, pois, nas entidades que se ajustam a esses critérios pode haver exceções, ou as que os apresentam não possuem aspirações nacionais. Assim, os parâmetros usados são ambíguos e mutáveis, não sendo possível reduzir a nacionalidade a uma dimensão única (HOBSBAWM, 1990).

Outro autor que nos auxilia nesse estudo é Benedict Anderson (2008), que trabalha com a noção da nacionalidade e do nacionalismo como produtos culturais específicos, sendo que para entendê-los é necessário considerar suas origens históricas e de que maneira seus significados se transformam ao longo do tempo. Para o autor, a nação é "uma comunidade política imaginada – e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana" (ANDERSON, 2008, p. 32). O autor explica que a nação se distingue

³ Apesar de posteriormente haver uma tentativa de minimizar a influência de Aranha – e outros autores – pela historiografia do movimento construída pelos modernistas de São Paulo, a obra *A Estética da vida* continha algumas das bases utilizadas posteriormente por Oswald de Andrade e o grupo verde-amarelo. Ver: HARDMAN, Francisco Foot. Antigos Modernistas. In: NOVAES, Adauto (Org.). *Tempo e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992; MORAES, Eduardo Jardim de. *A Brasilidade Modernista - Sua Dimensão Filosófica*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

⁴ Este estudo provém da dissertação *A identidade nacional brasileira na obra de Graça Aranha (1921-1931)*, defendida em 2017 na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

pelo estilo em que é imaginada. Seus membros não possuem laços de parentesco ou clientela passíveis de extensão indeterminada, mas se imagina um sentimento de comunhão entre eles pelos aspectos que têm em comum uns com os outros; mesmo distantes – e não conhecendo a todos –, imaginam-se parte da mesma comunidade por vivenciarem e compartilharem experiências semelhantes. Ela é imaginada como comunidade por essa “profunda camaradagem horizontal e senso de fraternidade” (ANDERSON, 2008, p. 34).

Para analisar como Graça Aranha representou a identidade nacional brasileira que, para ele, deveria ser tomada por todos, propomos utilizar o conceito de representação. A partir desse conceito é possível trabalhar com o texto, analisando também o desenvolvimento da obra, sobre como e quais elementos Graça Aranha pretendeu deixar visíveis, assim como a forma com que apresentou seu projeto de identidade nacional. O autor intencionou o estabelecimento de uma visão homogênea sobre o que significava ser brasileiro, na tentativa de formar a sociedade que aspirava, pois, essas percepções visavam também incorporar uma nova prática, ou sua continuidade, no mundo social.

Examinaremos o texto como propõe Chartier, através do relacionamento dos discursos do autor com a posição que ele ocupava e com as regras de produção do momento, pois a construção do texto se dá de acordo com os modelos e delimitações intelectuais de cada período, tornando-se necessário entendê-lo em relação a outras produções e às regras daquela sociedade (CHARTIER, 2002). Percebemos, então, que as construções de identidade se colocam como lutas de representação, sendo preciso relacionar os discursos com a posição de quem os utiliza, pois nessas lutas de representação

tenta-se impor uma concepção do mundo social, descrevendo a sociedade como se pensa que ela é, ou gostaria que fosse (CHARTIER, 1990).

Com o objetivo de perceber o relacionamento dos discursos do autor com a posição que ele ocupava, pretendemos recuperar os diálogos que Graça Aranha estabelecia no período de escrita, assim como suas ações. Consideramos essa recuperação importante para perceber a influência dessas interações nas concepções de Aranha, pois nos ensaios apresentados em 1921 o autor defendeu a maior aproximação de Brasil e Portugal e exaltou a importância lusitana na constituição da brasilidade.

2 Contexto de escrita e influências

A maior parte das ideias que Aranha trabalhou em seu conjunto de ensaios estava diretamente ligada com a ocasião da Primeira Guerra Mundial, quando o autor desenvolveu os textos que iriam compor a obra de 1921. Mesmo estando de alguma forma sempre ligado ao Brasil, através das reflexões que desenvolveu nesse período, das relações de amizade que mantinha com alguns conterrâneos e com muitas de suas ações discutidas na imprensa brasileira, Aranha dialogou principalmente com as ideias que circularam na França. No período em que residiu na Europa, Aranha conviveu principalmente no meio político e letrado daquele país, onde construiu para si uma carreira de prestígio, tanto na diplomacia quanto nas letras. Sua marca no meio letrado ocorreu principalmente através de textos e conferências produzidos entre 1911 e 1917,⁵ além das traduções de *Canaã*⁶ (1902) e a estreia da peça *Malazarte*⁷ (1911).

Em 1915, Aranha realiza uma conferência em São Paulo, promovida pela Sociedade de Cultura Artística da cidade, que havia sido organizada,

⁵ *A grandeza e a piedade de Paris* (1914); *A mocidade heroica de Joaquim Nabuco* (1915); auxiliou na fundação da Liga Brasileira pelos Aliados; *Manifesto aos gregos e rumaicos* (1915); recepção na Sociedade de Homens e Letras (1916); *La sentence du Juge* (1916); *O Brasil e o pangermanismo* (1917).

⁶ Em 1910, *Canaã* foi traduzida para o francês por Clément Gazete e prefaciada por Conde Prozor, como aponta Souza (2014). Maurice Prozor foi um diplomata russo e um grande divulgador e tradutor das obras do dramaturgo norueguês Henrik Ibsen. Ao abordar a crítica europeia de *Canaã*, Rubens de Moraes traz alguns dos principais escritos sobre o romance. As reportagens que Moraes cita são todas positivas, dos críticos Guglielmo Ferrero, Paul Adam, Edmond Jaloux e André Toledano, publicadas respectivamente nos periódicos *Figaro*, *Temps*, *Revue de Paris* e *Monde Nouveau*. Após a edição francesa, a novela de Aranha é lançada na Inglaterra, com prefácio de Ferrero e com igual êxito, como afirma Moraes (1922).

⁷ A estreia da peça *Malazarte* ocorreu no Théâtre de L'Oeuvre, fundado no final do século XIX por Laugne Poe e Camille Mauclair, como destaca Garbuglio (1968). De acordo com o autor, no referido teatro eram destaque obras de teatrólogos estrangeiros, principalmente as de Ibsen, traduzidas e prefaciadas em sua maioria pelo Conde de Prozor.

principalmente, por Antônio e Paulo Prado. Durante essa visita se iniciariam também as relações comerciais entre Aranha e a empresa do ex-prefeito (AZEVEDO, 2002). Consolidados no ramo do café, Antônio e a família estavam dando início ao comércio também no setor das carnes, através da Companhia Frigorífica e Pastoral. Aranha trabalhou, inicialmente, no escritório de Londres, negociando os transportes nos vapores frigoríficos. A escolha pelo escritor ocorreu principalmente por sua mobilidade política e pelas relações que havia cultivado no exercício da diplomacia. Através delas, conseguiu contrato com um comprador francês e o fornecimento dos ingleses para frigoríficos cariocas. Aranha também atuou nas negociações de exportação de café, que se iniciaram em 1917, e das quais resultou o Convênio entre a França e o Brasil.

Uma das razões para sua vinda ao Brasil em 1921, foi a conclusão de uma das vendas de sacas de café de Antônio Prado. Para além dos negócios, Aranha aproveitava sua estadia em São Paulo para encontrar os jovens artistas que iniciaram um "murmurinho" sobre novas formas estéticas. O autor defendia a renovação das artes no Brasil, porém suas propostas e concepções sobre identidade nacional e a sociedade brasileira divergia em alguns pontos do grupo de São Paulo.

Para definir o caráter nacional, na obra *A estética da vida*, Aranha utilizou concepções do determinismo racial do início do século XX. No contexto no qual Graça Aranha realizou sua formação e produziu sua obra, teorias assentadas em determinismos raciais e geográficos eram predominantes no meio intelectual (ORTIZ, 1985). Essas teorias⁸ colocavam o Brasil em uma posição de atraso em relação às nações europeias. Apresentando os exemplos de Silvío Romero, Euclides da Cunha e Nina Rodrigues, Renato Ortiz (1994) demonstra que o determinismo do meio ambiente gerou

perspectivas pessimistas em relação às possibilidades brasileiras. De acordo com Ortiz (1994, p. 21), "o mestiço, enquanto produto do cruzamento entre raças desiguais, encerra, para os autores da época, os defeitos e taras transmitidos pela herança biológica". O autor demonstra que para esses letrados o ideal nacional estaria no futuro, com o processo de branqueamento da população.

Graça Aranha teve contato com essas teorias através das ideias que eram difundidas na Faculdade de Direito, principalmente pelo jurista Tobias Barreto (1839-1889),⁹ como a ideia do monismo filosófico. A filosofia monista defendia a existência de uma única substância que unia toda a existência. Spencer e Heeckel foram grandes divulgadores desse pensamento, principalmente o último, que articulou o monismo com sua reflexão sobre cultura, como demonstra Passos (2016). Entendemos que a defesa da miscigenação e a proposta de positivação das características consideradas nacionais por Aranha, também sofreram influência do seu antigo professor.

Aproximadamente, a partir de 1882, Barreto demonstra adesão às ideias do Neokantismo e manifesta posições antissociológicas. Suas principais críticas giravam em torno da explicação dos fenômenos sociais baseados em modelos das ciências naturais, assim como em relação ao determinismo e à afirmação de que as questões sociais seriam regidas por leis fixas. Colocava-se assim contrário à explicação de que a sociedade era um organismo vivo ou regida por "mecanismos involuntários inscritos institivamente nos sujeitos" (BARBOSA, 2014, p. 14), defendendo a reflexão cultural e social para a compreensão dos homens e das sociedades. Porém, ainda permanecia uma ideia de desigualdade natural, que poderia ser superada através de uma base cultural e educacional. Barreto defendia que os "males do Brasil não estavam inscritos nas dimen-

⁸ Sobre teorias raciais no Brasil consultar: SCHWARTZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993; SKIDMORE, Thomas. *Preto no Branco: Raça e Nacionalidade no Pensamento Brasileiro (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

⁹ Barreto (1839-1889), que nasceu em Sergipe, concluiu o curso de direito em Recife em 1869 e atuou como advogado em Escada – PE até 1881, quando prestou concurso para professor da Faculdade de Direito em Recife. Destacou-se como professor, reunindo em torno de si um considerável grupo de intelectuais que atuavam na política, imprensa e literatura. Um dos principais divulgadores das ideias de Tobias Barreto foi Silvío Romero. O grupo recebeu a alcunha de Escola de Recife e reuniu intelectuais que criticavam principalmente os ideais positivistas e defendiam o evolucionismo e o monismo de Heckel e Spencer.

sões humanas naturais e sim, na forma como a cultura possibilitava a seleção e estímulo dessas dimensões" (BARBOSA, 2014, p. 14).

A geração modernista dos anos 1920 iniciou o processo de mudança em relação a essa concepção depreciativa da identidade nacional e da mestiçagem. De acordo com David Brookshaw (1983), nas primeiras décadas do século XX havia uma reação contrária ao negro, devido a sua associação com a escravidão, assim como contra o mulato, considerado uma ameaça social. O autor mostra que a Primeira Guerra Mundial representou a decadência da civilização ocidental, o que gerou a exaltação das características primitivas nacionais. Com a influência de movimentos artísticos da Europa, ocorreu a propagação do primitivismo na arte, o que contribuiu para despertar movimentos nacionalistas na área cultural e artística na América Latina (BROOKSHAW, 1983).

3 Os ensaios de *A estética da vida*

Após uma década da publicação de sua peça teatral em 1911, Graça Aranha lançou seu conjunto de ensaios expondo suas visões filosóficas e sociais de mundo sem o enredo fictício do romance ou do teatro. Para divulgar essas ideias, reuniu textos que vinha escrevendo desde aproximadamente 1913, dispondo-os no livro sem seguir a ordem na qual escreveu. Como exemplifica Azevedo (2002), o primeiro fragmento foi o último a ser concluído, e a maior parte do tópico "Cultura e civilização", foi produzida durante a I Guerra Mundial. Dentre as temáticas abordadas

nos ensaios, como é próprio do gênero textual,¹⁰ Graça Aranha selecionou alguns conteúdos para desenvolver com mais afinco. É possível distinguir os temas mais versados por Aranha pelo grande número de páginas que ocupam e pela forma como foram organizados, para conduzir certa forma de compreensão e evolução do pensamento de acordo com a leitura, principalmente nas três primeiras partes. Diferente disposição é percebida na seção "Ins", onde os conteúdos são aleatórios, em geral curtos e sem uma ligação de continuidade com os outros textos do livro.

Os temas mais significativos para perceber a questão nacional estão nos três primeiros segmentos do livro: "A unidade infinita do todo", "Metafísica Brasileira" e "Cultura e civilização". No primeiro, Aranha apresentou suas concepções da formação do indivíduo, como ele compreende o universo e a sociedade, a evolução dessa compreensão na consciência e qual seria a interação ideal entre indivíduo, sociedade e universo. Desenvolveu também sua ideia da Unidade Infinita do Todo. Na segunda seção, o autor descreveu a formação da sociedade brasileira e como foi desenvolvido o traço característico nacional: a imaginação. Considerando essa característica negativa, herdada dos indígenas e africanos, Aranha propôs transformar esse traço para o desenvolvimento da cultura nacional, como uma espécie de terapêutica. No fragmento sobre "Cultura e civilização" Aranha apresentou sua definição de cultura – uma construção que se afasta da natureza – e de nação, recuperando questões raciais.

Para iniciar a exposição de suas ideias, Aranha

¹⁰ Borges (2014) aponta Michel de Montaigne como o primeiro a desenvolver as características do ensaio, ciente de ser o primeiro a escrever esse tipo de texto, publicou *Ensaíos*, em 1580. O ensaio mais objetivo e formal foi desenvolvido em 1597, pelo inglês Francis Bacon. O ensaio é percebido como um gênero literário influente na filosofia, como demonstra Borges (2014). O autor afirma que através desse formato seria possível olhar para um objeto de diferentes maneiras. Os ensaios podem constituir um variado número de temas baseados em observações e experiências pessoais, geralmente sem a pretensão de esgotar nenhum assunto ou abranger todos os estudos de um determinado tema, mas sim ter a liberdade de selecionar o que englobar dos objetos escolhidos. Sua preocupação maior era com a forma e a espontaneidade. Existem também ensaios com maior objetividade e linguagem rigorosa (BORGES, 2014). Assim, não existe apenas uma forma de produzir ensaio. O texto ensaístico pode "aparecer" com diferentes linguagens e estruturas. Larrosa (2004) afirma que o ensaio é o gênero da crítica e da crise, e é utilizado principalmente quando existem grandes rupturas em uma determinada forma de viver. De acordo com autor, a configuração do ensaio corrobora com o principal cerne do pensamento moderno, o sujeito como base da verdade: "o ensaio floresce no Renascimento tardio, quando termina a grande cultura medieval com base teológica" (LARROSA, 2004, p. 38). Para elucidar essa afirmação, Larrosa aponta três fundamentos do gênero: a escrita em primeira pessoa, a valorização da experiência e a forte relação que o texto ensaístico estabelece com o presente do escritor. A relação do ensaio com a primeira pessoa torna-se visível mesmo quando o texto não é escrito diretamente na primeira pessoa, pois a escolha do tema e os argumentos que se desenvolvem têm relação direta com o autor, mais que outros gêneros. Larrosa mostra que, ao produzir o ensaio, o escritor pensa sobre e a partir de si e que o valor de sua escrita não se apoia em nada exterior. O fator mais relevante é a experiência viva sobre o tema e não a busca da verdade. É a experiência do presente que fornece o conteúdo a ser pensado, trata-se do que ocorre em um determinado momento e o que se pode pensar. Assim, o tema do ensaio é o presente como experiência e não como realidade, principalmente quando o passado volta a ser lido e pensado (LARROSA, 2004).

selecionou seu trabalho sobre a unidade infinita do todo, no qual apresentou suas concepções sobre o universo, a formação da consciência metafísica no ser humano e sua evolução – inicialmente tomada pelo terror, transforma-se na religião e se funde com a filosofia –, sobre a compreensão da arte ao longo do tempo, e sua explicação sobre a estética do universo. Podemos perceber que as preocupações de Graça Aranha em grande parte do livro estão logo no título e na primeira frase. Em sua obra, *A estética da vida*, Aranha defendeu que a compreensão do universo e da forma de vida deveria ser estética, e toda ação e experiência humana percebidas esteticamente. Aranha abriu o livro com a indagação “Como definir o ser?” (ARANHA, 1921, p. 3), e a partir dela elaborou suas ideias de como o ser humano se reconhece, reconhece o que está ao seu redor e o que está além de seu alcance. O autor procurou, ainda, responder como se formaram os indivíduos e como esses se conectam com o mundo. Ao longo do livro, Aranha desenvolveu a ideia de que cada sociedade possuiria uma característica, detectável em todos os seus membros. A formação dos indivíduos se daria por esse elemento, que estaria no sangue, e pelas características de seu tempo.

Na segunda parte do livro, denominada “Metafísica brasileira”, Graça Aranha desenvolveu seu pensamento sobre a formação da sociedade brasileira e sua relação com a natureza. Aranha apresentou concepções alicerçadas no determinismo racial e geográfico. Para o autor, em cada povo há um traço característico que persiste ao longo do tempo. Na tentativa de exemplificar sua afirmação, cita características que percebia em algumas sociedades, como a francesa com o traço da inteligência, na alemã o metafísico e, na Espanha, a fé. Ao abordar o Brasil, declarou que o traço coletivo característico da sociedade é a imaginação, como abordaremos nos próximos tópicos.

4 A nação em *A estética da vida*

Graça Aranha escreveu sobre a nação a partir do fim da Primeira Guerra Mundial. Esse conflito levou o autor a descrever as mudanças sociais que se desencadeariam a partir daquele mo-

mento, principalmente em relação à organização dos povos. Em um balanço geral, questionou: “Para onde está incomensurável guerra levará o mundo?” (ARANHA, 1921, p. 137), pois percebeu a decomposição de um mundo e o início indeciso de outro. O autor se deteve em duas principais questões, o indivíduo e a nação, procurando responder se um iria opor-se ao outro: “Será o homem sem pátria, o homem universal, a expressão vitoriosa da evolução?” (ARANHA, 1921, p. 138); mas afirmou que não, pois “a ideia de pátria está na raiz do espírito humano” (ARANHA, 1921, p. 139) e sua defesa na guerra é uma prova que esse ideal persiste. Seguindo suas considerações sobre a guerra, o autor procurou entender como ela despertou a consciência do espírito nacional com a participação do Brasil e de Portugal, afirmando que a identidade da alma da raça persistiu a mesma.

Entendemos que nos períodos de guerra a questão nacional vem à tona. Na fase posterior à Primeira Guerra, percebemos que essa é uma indagação de muitos intelectuais, que ocupou Graça Aranha: “A guerra é a dor. Ela despertou em nós a consciência do espírito nacional” (ARANHA, 1921, p. 53). No ensaio denominado “A Nação”, o autor questionou: “Não persistirão, não se renovarão as nações?” (ARANHA, 1921, p. 52). O diplomata preocupou-se com a persistência das nações, mas logo apresentou seu ideal do nacionalismo e o individualismo como não antagonísticos. A nação seria o quadro maior onde se encontraria o indivíduo: “A Nação é o meu próprio eu no que ele tem de eterno, de profundo, de remoto de forte, porque ela resume e exprime os sentimentos de almas como a minha, que formam um todo imortal” (ARANHA, 1921, p. 53). A defesa da conservação das características lusas e a concepção dos portugueses como civilizadores eram ideais defendidos no século XIX, que Aranha divulgava em 1921.

Assim, Aranha caracterizou a Nação como o conjunto dos indivíduos e de suas características, que resumiria seus sentimentos, formando o imortal. Porém, essa unidade seria apenas entre os indivíduos da mesma “raça”. Reafirmou a diferença

entre os povos, na ideia de que cada população traria em si o espírito de sua nação, formada pelos seus compatriotas. O indivíduo viveria pela Nação e através dela, sendo que suas características e sentimentos continuariam nesse conjunto após sua morte. Como exemplo dessa ideia, Aranha referiu-se a diversas sociedades e seus traços:

Pode-se perceber que em cada povo há um traço característico que, embora enigmático, é persistente, vem do passado e será o mesmo no futuro, através das peregrinações do sangue e do espírito. O povo romano [...] não perdeu jamais aquela expressão primitiva do egoísmo, que permanece como o segredo da sua civilização. No povo inglês o traço característico é a energia [...] (ARANHA, 1921, p. 85).

Apontando traços de culturas antigas que considerava permanecerem, Aranha compreendia que nesses locais já havia um povo, afirmando que "a ideia de pátria está na raiz do espírito humano" (ARANHA, 1921, p. 53). Ao estudar a definição de nação construída por Graça Aranha, percebemos influências de algumas correntes nacionalistas. Para compreender como o autor percebia a questão nacional, pretendemos investigar quais fundamentos Aranha tomou como base para sua concepção. O autor apresentou ideais que podem ser relacionados com certas definições oriundas tanto do nacionalismo cultural, como a vertente romântica, como do nacionalismo político, transitando entre as duas. Porém, percebemos que nas obras de Aranha destacam-se alguns ideais oriundos da vertente romântica. Iremos explorar, então, alguns aspectos do nacionalismo cultural e perceber como Aranha desenvolveu esses aspectos em seus textos. Anne-Marie Thiesse (2001) explica que na concepção romântica, constituída no século XIX e designada como alemã, a formação da nação baseia-se na emoção e na submissão a um determinismo organicista, sendo originária do sangue e do solo, com características reacionárias. A autora salienta as diferenças dessa compreensão e do nacionalismo político, alegando,

assim como Oliveira (1990), uma falsa oposição entre perspectivas, pois as duas fizeram parte da construção de diferentes nações (THIESSE, 2001). Segundo Lúcia Lippi de Oliveira:

Sabemos que esta distinção não é rígida e nem se baseia numa oposição lógica. Ela corresponde a uma construção analítica que tomou por base a evolução histórica do conceito de nação na Europa nos séculos XVIII e XIX. Estes dois tipos de nacionalismo contêm uma visão sobre o homem, um desenho sobre a forma de relação do indivíduo com o grupo e a sociedade e, neste sentido, ambos são políticos e culturais (OLIVEIRA, 1990, p. 30).

A autora ainda explica que cada local desenvolveu uma forma de pensar o nacional de acordo com suas demandas. Então, existem vários nacionalismos, não apenas dois em que os demais se encaixam (OLIVEIRA, 1990). Não pretendemos afirmar Graça Aranha como defensor do nacionalismo cultural, mas mostrar algumas influências na construção de suas ideias. Oliveira atribui a formulação de ideais de um nacionalismo de características culturais a pensadores alemães do século XVIII ligados aos ideais iluministas, como Herder, Goethe, Schiller e Kant (OLIVEIRA, 1990). A autora destaca os princípios nacionalistas da corrente romântica. As doutrinas baseadas nesse viés compreendem o nacionalismo como "um movimento de ideias e de ação visando a construção simbólica da nação" (OLIVEIRA, 1990, p. 29) que deve reconstruir o passado e construir a continuidade cultural da nação. A origem dos valores passou a ser percebida no espírito ou caráter nacional. Para essa corrente o "princípio fundador" não estava na liberdade ou na escolha dos indivíduos, mas em outras bases sociais que dariam coesão ao grupo.

Devemos considerar a convivência de Aranha com o francês Maurice Barrés¹¹ (OLIVEIRA, 1990), assunto abordado pelo acadêmico brasileiro na forma de dois artigos: "Meu amigo Barrés" e "Maurice Barres". Mesmo Aranha afirmando que havia diferenças de pensamento sobre nacionalismo entre os dois estudiosos, podemos encontrar

¹¹ De acordo com Oliveira (1990), o objetivo do escritor francês era a superação da humilhação frente à Prússia e a superação do espírito nacional. Barrés também se preocupou em incluir na comunidade nacional as camadas sociais desfavorecidas, passou a defender um nacionalismo conservador, considerando o líder militar como a salvação nacional.

semelhanças entre as concepções de Barrés e Aranha. O estudo é necessário para percebermos como a convivência e a troca de ideias entre os nacionalistas influenciaram Aranha durante a escrita de *A estética da vida* (1921).

Ao escrever sobre Barrés, Aranha delimita quais ideais compartilhava com o escritor francês e quais discordava. A primeira publicação em que abordou essas questões ocorreu em 1924 no ensaio Maurice Barrés, incluído no livro *Espírito Moderno*. Considerando Barrés como reconstrutor do pensamento francês, Aranha aponta críticas ao nacionalismo do poeta: mantém o dualismo do universo e o culto ao passado. O dualismo seria mantido pela visão separada que criou entre "eu e o universo" e "eu e os outros", que não leva a realização da unidade com o universo. Aranha também refutou a defesa de Barrés de pátria como continuação do passado: "O misticismo patriótico de Barres enraíza o indivíduo na terra dos antepassados e o encerra dentro das muralhas da nacionalidade" (ARANHA, 1924, p. 130). Nesses muros o estrangeiro é o inimigo e realiza-se o culto exagerado aos mortos. Mesmo discordando desses pontos, Aranha considera o nacionalista francês o salvador da nação, ao incorporar seu idealismo à ação política.

5 A imaginação brasileira

Ao abordar o Brasil, Graça Aranha declarou que o traço coletivo característico da sociedade é a imaginação, mas a percebeu de forma negativa, pois seria "a ilusão que vem da representação do universo, o estado de magia, em que a realidade se esvai e se transforma em imagem" (ARANHA, 1921, p. 86), assim, no Brasil, ainda não haveria uma compreensão da realidade do universo. Aranha procurou explicar esse traço investigando as características de cada uma das "raças formadoras do Brasil" e da natureza do país. Na sua concepção, os povos criadores da nação eram os portugueses, os africanos e os índios, que através da miscigenação fundiram seus traços característicos e formaram o brasileiro imaginativo. O escritor acadêmico inicia sua descrição por Portugal, que considera a mais indefinível das nações latinas,

realistas pelo trabalho na terra, mas que pelo mar haviam perdido sua energia nacional. Os africanos estariam na perpétua infantilidade e ilusão, de onde viria o dom de mentir e os indígenas teriam passado aos seus descendentes o terror inicial, que gera fantasmas e ilusões.

Após fixar as características dos povos que, segundo Aranha, formaram o Brasil, o autor analisa a influência da natureza na ação das sociedades que viviam nesse território. Aranha preocupou-se em definir a ação da natureza no homem, mostrando a influência do meio na formação do brasileiro e na definição de seu traço característico, a imaginação. O autor elaborou sua explicação sobre a relação do homem com a natureza trazendo a imagem do meio grandioso e abundante, que dominou o espírito do brasileiro – marcando a influência das teorias deterministas na obra do escritor. Nesse período a interpretação da história brasileira está relacionada com os conceitos de meio e de raça, de acordo com Ortiz (1994). O autor demonstra que o meio estava diretamente relacionado com a constituição do indivíduo e da realidade brasileira: "A compreensão da natureza, dos acidentes geográficos esclarecia assim os próprios fenômenos econômicos e políticos do país" (ORTIZ, 1994, p. 16). Assim como Nina Rodrigues, que vinculou as características psíquicas do homem à dependência do meio ambiente (ORTIZ, 1994), em alguns momentos, Graça Aranha propôs uma explicação do ser brasileiro a partir do determinismo geográfico.

O autor afirma que o homem é uma extensão de seu meio, pois o ambiente deixa uma marca no inconsciente do indivíduo. Para compreender essa afirmação vamos analisar a forma como Aranha descreveu a natureza do Brasil e os adjetivos que utilizou para esse objetivo. Para o autor, a natureza no Brasil seria:

[...] um infinito e esmagador espetáculo, e os personagens do drama do sortilégio são a luz que dá o ouro aos semblantes das cousas, as formas extravagantes, as cores que assombam, o mar imenso, os rios volumosos, as planícies cheias da melancolia do deserto, a floresta invasora, tenaz, as árvores sussurrantes, castigadas pelos ventos alucinados (ARANHA, 1921, p. 89).

Por ser exuberante, esse meio manteria os indivíduos deslumbrados em um "esmagador espetáculo", com a luz que dá as coisas formas extravagantes, mares e rios imensos e a floresta invasora. Uma das grandes forças que age sobre o território, de acordo com Aranha, seria a **luz**, que reveste perpetuamente a terra e cobre toda a superfície do País: "Tudo é sempre luz. Descem do sol as luminosas vagas ofuscantes, que mantêm na terra a quietação profunda. A luz tudo invade, tudo absorve" (ARANHA, 1921, p. 101). A intensa claridade agiria sobre o mar, a mata e as montanhas, dando brilho a esses elementos e a impressão de que ali estariam riquezas e esconderijos. Quando penetra nas árvores, a mata ilumina como uma esmeralda, nas fendas o sol aparece nas grutas sepulcrais. Nas noites, as estrelas são como pontas de ouro, brilham nos mares e nas cascatas e "os espíritos da floresta executam a dança da luz" (ARANHA, 1921, p. 101). Assim, a luz produziria ilusões, induzindo o olhar para seus movimentos e efeitos, levando à percepção de elementos que não estão no local e contribuindo para um estado de magia.

Outro furor da natureza seriam as águas: rios, mares e oceanos que "amplo e majestoso, atravessa aquele mundo e com mil braços enlaça a terra, ninfa tropical, fresca, úmida, resplandecente. Pela sua força indomável tudo vence, tudo arrasta, tudo submerge, florestas e campos" (ARANHA, 1921, p. 102). Dessa força a natureza refugia-se "nas altas terras... nos sertões... e nos vastos pampas" (ARANHA, 1921, p. 103), e na floresta tropical tudo se transforma. O autor considerava que a grandeza da natureza impediria o homem de perceber claramente o mundo.¹² Sem estar em comunhão com a natureza, o homem imagina uma mitologia selvagem, com seres fantásticos, deuses e lendas: "No Brasil, o espírito do homem rude, que é o mais significativo, é a passagem moral, o reflexo da esplêndida e desordenada mata tropical. Há nele uma floresta de mitos. São lendas de todas as partes que aí se encontram" (ARANHA, 1921, p. 90). Graça Aranha atribuía ao

movimento dessas forças intensas as crenças em seres mágicos, ao afirmar que "os Curupiras surgem como fogos que dançam, e [...] à hora rubra do sol poente, a lara, a mãe d'água, penteia os seus cabelos ouro e verde" (ARANHA, 1921, p. 103). O autor procura demonstrar que a grande intensidade da luz e a forma como ela se move, ao refletir nas florestas e nas águas, propiciam a impressão de movimentos vivos, assustadores e sedutores ao mesmo tempo, devido a sua grandeza. Então, o homem brasileiro se perde na maravilha da natureza, que é magia, e "mantém nas almas um perpétuo estado de deslumbramento e de êxtase" (ARANHA, 1921, p. 89).

Esse misticismo dos brasileiros, segundo o autor, havia sido herdado, principalmente, dos indígenas. Porém, além do encanto pelo ambiente, existiria o sentimento de pavor, que levaria o homem a sentir-se dominado e com desejo de combater a natureza. Essa potência da natureza e o terror das mitologias colocariam o homem como adversário do ambiente, tentando combatê-lo, mas ao mesmo tempo o meio seria objeto de veneração, pois a grandeza do território envaidece e seduz, dominando o homem e sendo a fonte do providencialismo (ARANHA, 1931.)

Na visão de Aranha, o homem indígena foi subjugado pela natureza, pois viveu nesse território "desde tempos imemoriais" (ARANHA, 1921, p. 96), tornando-se seu reflexo, absorvido pelo meio físico. A questão de o indivíduo possuir características de acordo com seu meio e agir nele em função da imagem que recebe da natureza está presente no livro *A estética da vida* como uma explicação da formação do homem brasileiro, principalmente de seu caráter psicológico. O autor defendia que o meio no qual o indivíduo vive se reflete no inconsciente, o que prenderia o homem ao local e moldaria sua personalidade. Esse controle seria o enigma do poder da natureza no inconsciente, que procura prender a essência do homem, e "quase sempre essa é a imagem espiritual do meio físico em que se formou e viveu despercebido" (ARANHA, 1921, p. 90). Então, o autor entende

¹² A questão da natureza também estava inserida nos projetos e nas representações de nacionalidade a partir de 1870, pensada entre o impasse do processo de modernização do País e das regiões consideradas selvagens, como mostra Luciana Murari (2002).

que o homem rude é um prolongamento do seu meio físico, mas não tem consciência desse fato. Para exemplificar sua sentença, afirma que: "Se ele é um homem do mar, é como um rochedo mediatundo, calado. Se é um camponês, a sua íntima representação é a da árvore, imóvel, silente, fecundo. Se é um mineiro, participa da essência misteriosa da terra" (ARANHA, 1921, p. 90).

O escritor de *Canaã* atribuía à raça indígena a incapacidade que o homem brasileiro demonstrava em sair do domínio de seu meio, pois teriam sido esses primeiros habitantes do território a criar ilusões a partir do mundo natural. O autor soma à herança indígena o traço dos negros da nossa formação. Aranha definia os africanos como envolvidos em uma "eterna ilusão", pois possuíam uma falsa representação do mundo, que causaria alucinação, espanto e o dom de inventar, imaginar e mentir. Assim, para o autor:

Os índios e os negros da nossa formação são raças cheias de terror. Pela consciência se separaram do cosmos, e eles povoaram este terrível espaço de separação de seres fantásticos e tenebrosos, que são as divindades da sua rude mitologia. São mitos da natureza selvagem. É a própria natureza adversária manifestada pelo terror (ARANHA, 1921, p. 106).

Esse estado de terror e magia em que supostamente viviam nossos ancestrais teria passado para outras gerações, com repercussões no período de Graça Aranha, pois quando o autor se refere ao homem brasileiro utiliza os verbos no tempo presente: "O misticismo dessas raças primitivas explica o estado de magia interminável em que ainda vivem os seus descendentes" (ARANHA, 1921, p. 107). O autor ainda diagnostica as consequências dessa "metafísica selvagem", que seriam a ação mística e um estado de imobilidade. A ação, para Aranha, nasce do idealismo e deve ligar a existência do homem ao ambiente físico e social. O escritor considera que no Brasil ela não se caracteriza por atividades positivas e vencedoras de cultura, mas sim pelo misticismo físico, que a floresta transplantou para a alma humana. Além dessa ação mística, a metafísica selvagem causa um estado de imobilidade na alma dos homens, deixando inerte a cultura (ARANHA, 1921).

A partir desses enunciados entendemos que Aranha considerava que a natureza local molda a personalidade do indivíduo, a partir de uma imagem que esse recebe de seu meio e que se fixa no inconsciente. Assim, o homem recebe uma representação do seu ambiente, e dependendo da forma que essa imagem é formada no seu inconsciente, ela geraria um tipo de ação. Se a representação da natureza for mística, a ação será negativa – a imagem do terror levará ao combate e a do encanto à divinização –, e se for real, uma compreensão exata do seu meio, a ação será positiva, de produção de cultura sem estar em conflito com o meio. Para Aranha essa compreensão da natureza passaria para outras gerações. O autor compreendia que, no Brasil, os indígenas e os africanos formaram uma representação mística da natureza, gerando uma metafísica do terror, com os "mitos da natureza selvagem". Essas representações foram heranças, nas quais ainda viviam seus descendentes. Então, devido a esse misticismo herdado das "raças primitivas" dominadas pela natureza, Aranha definiu que o traço característico da alma brasileira seria a imaginação.

6 Valorizar a imaginação

As principais questões que definiam a nacionalidade para Graça Aranha eram o meio e a raça. Porém, a mudança estaria em que seria possível vencer esse meio. Conhecer as características brasileiras, como a imaginação, e transformá-las para compreender a natureza e construir de acordo com o meio e não se opondo a ele. Moraes (1976) refere-se a esse projeto como uma "terapêutica brasileira". Graça Aranha afirmou um determinismo racial "inicial" no indivíduo e nas sociedades, mas afirmou ser possível a libertação do homem de suas condições iniciais. Mesmo em certos momentos questionando o racismo científico, Aranha "não se desvencilhou da noção de raça enquanto categoria instrumental" (PAES, 1994, p. 93). O autor ainda estabeleceu uma distinção entre as raças adiantadas e as selvagens, na qual as primeiras seriam responsáveis pelo desenvolvimento da cultura. Baseado na visão monista, Aranha percebia que apenas com a uni-

dade étnica poderia haver uma cultura brasileira diferenciada. A partir desse reconhecimento do caráter coletivo do povo brasileiro, o acadêmico propõe uma valoração dos elementos herdados.

No estudo de Eduardo Jardim de Moraes, o autor aponta que "Os elementos bárbaros que fazem parte integrante da cultura brasileira não são rejeitados por Aranha, mas pensados como dados a serem transformados no processo de acomodação da alma brasileira à natureza" (MORAES, 1976, p. 26). Assim, o autor da Estética não nega o gênio brasileiro – pois defende que o caráter dos povos é persistente – propondo "transformar a relação da alma brasileira com a natureza que a circunda" (MORAES, 1976, p. 27). Aranha elabora então uma terapêutica do Brasil, com o objetivo da cura da alma brasileira. Essa cura se realizaria através de trabalhos morais, que possibilitariam a libertação do terror e da dor e se aplicariam para a realização da íntima unidade do homem com o todo (MORAES, 1976). Seriam eles vencer nossa natureza, vencer nossa metafísica e vencer nossa inteligência.

Para vencer a natureza, que apavora, seria necessário transformar nossa relação com ela. Para fugir da magia animista, deveríamos eliminar o espírito do terror e nos aproximar do mundo físico. Contra a metafísica dualista, Aranha propõe a concepção estética do universo, na qual somos um com a natureza. Aranha afirma que a inteligência brasileira, com influência dos elementos bárbaros, caracterizou-se por uma fuga idealista, que se distanciou da realidade do meio. Coloca como exemplo o desenvolvimento da arte no País, que não é a representação da realidade e não está incorporada ao ritmo da vida, mas é a representação de estados subjetivos surgidos do nosso temor diante da realidade (MORAES, 1976). A partir dessas propostas compreendemos, assim como Moraes, que Aranha elaborou um projeto cultural no qual procurou definir uma nova função para o caráter nacional. O literato não desprezou nosso traço, ou nossa natureza, mas mostrou um ideal de elaborar a cultura brasileira a partir da adequação e de uma nova relação com o meio. Outra forma de superar a natureza e construir

cultura no Brasil seria a conservação das características herdadas dos portugueses, propondo, até mesmo, a união política de Brasil e Portugal, como demonstraremos no tópico seguinte.

7 União entre Brasil e Portugal

Construindo seu pensamento da formação nacional a partir da língua, da raça e por uma ancestralidade comum, Graça Aranha propõe a união política de Brasil e Portugal: "seria a grande expressão internacional da raça portuguesa" (ARANHA, 1929, p. 54). Reforçou a afirmação que, a partir da guerra a identidade da raça teria se revelado, demonstrando o espírito de progressão da raça portuguesa, que quando cessou de se desenvolver em Portugal, continuou no Brasil. A troca do território não impediu que esse povo continuasse unido pela sua memória e sentimento comum, pois suas raízes seriam semelhantes. Além desses critérios, o autor justificou essa união a partir do sentimento de defesa do patrimônio português.

Propõe, então, a união política de Portugal e do Brasil, expondo vários argumentos para essa aliança; o principal seria o sentimento de defesa do patrimônio português, essencial para o Brasil. Cita também benefícios políticos e econômicos para ambos os países, e afirma ainda: "A federação luso-brasileira mais simples, mais fácil, não se fará pela guerra nem pela morte, mas pela inteligência e pela vontade de cinquenta milhões de homens, inspirados por um mesmo pensamento nacional, que quer ser eterno" (ARANHA, 1921, p. 145).

Para Aranha, um dos elementos necessários para a formação de uma nação seria dominar a natureza, pois a partir dessa dominação o indivíduo faria parte de um social. Então, o desenvolvimento da nação seria possível somente na civilização, que de acordo com o ensaísta, foi desenvolvida no Brasil pelos portugueses. O autor considerava os indígenas dominados e encantados pela natureza, sem condições de formar uma sociedade unida pelos seus traços. Cada etnia deveria estar unida em um grupo. Como os indígenas não realizaram isso, não poderiam formar essa unidade para a construção de uma nação. Então, somente a partir dos portugueses, que já haviam "vencido

outra natureza", seria possível constituir essa unidade. Apesar desses fatores, Aranha descreveu as dificuldades encontradas pelos lusitanos para dominar esse ambiente – inicialmente inóspito – e o seu trabalho para conquistá-lo:

A história da civilização portuguesa em tão trágica terra é um dos mais profundos testemunhos da vitória do espírito humano sobre a matéria. A obra do descobrimento do continente brasileiro, a conquista da terra, a colonização do território pelos portugueses são fenômenos da lei espiritual da nacionalidade portuguesa; veio atestar a força tradicional luso-brasileira, que encerra dentro do maciço do Brasil uma nação uniforme pela língua e pelo espírito (ARANHA, 1921, p. 37).

Graça Aranha atribuía a unidade da nação à característica espiritual da raça portuguesa, a lei da constância vital. Mesmo a terra sendo inicialmente hostil com o português, que não conseguiu superá-la, o trabalho que a civilização portuguesa realizou nesse continente foi, segundo Aranha (1921, p. 97), "um dos mais profundos testemunhos da vitória do espírito humano sobre a matéria". O autor demonstrou três exemplos que considera resultado do espírito de progressão dos portugueses: o descobrimento, a conquista e a colonização do território. Mesmo com a diversidade geográfica, o espírito da unidade da raça teria levado a unidade moral, política e histórica do País. Para o autor, a força tradicional luso-brasileira "encerra dentro do maciço do Brasil uma nação uniforme pela língua e pelo espírito" (ARANHA, 1921, p. 98); e enquanto o homem brasileiro conservasse essa hereditariedade psicológica a lei do espírito nacional seria a da constância.

Para Aranha, o fator lusitano deveria prevalecer, pois os portugueses já haviam vencido uma natureza, e se suas características fossem conservadas no Brasil, as chances de compreendermos e vencermos nossa natureza seriam maiores. Essa era uma problemática para os letrados desse período. Clarice Caldini Lemos demonstra que havia um grupo engajado em defender a lusitanidade no Brasil. Havia uma campanha de aproximação entre Brasil e Portugal na primeira metade do século XX, fomentada principalmente por João do Rio, Bettencourt-Rodrigues e Elycio de Carvalho

– esse último, amigo de Graça Aranha (LEMOS, 2010). A campanha fazia parte de um projeto entre Portugal, Brasil e Angola para a formação de uma identidade lusa, que contou com diversos eventos culturais e políticos, realizados por Portugal e apoiados pelo Brasil. A autora traz o exemplo da revista *Atlântida*, que circulou entre 1915 e 1920, fundada pelo português João de Barros e o brasileiro João do Rio, com colaborações de Graça Aranha (LEMOS, 2010).

O escritor maranhense iniciou suas publicações na revista *Atlântida* em 1919, no número 37 do periódico. A edição trouxe o texto "A nação", mesmo ensaio Aranha publicou em *A estética da vida*. No texto, o diplomata – que participava da Liga pelos Aliados – defendeu mais aproximação entre Brasil e Portugal. Para isso, procurou demonstrar que a guerra propiciou o traço de união da nacionalidade lusitana dos dois mundos. Esse elemento comum seria "a identidade da alma da raça", que, de acordo com Aranha, continuou a mesma nas duas nações e demonstrou um destino comum na defesa contra o germanismo (ARANHA, 1921, p. 140). Para explicar essa continuidade das características, o autor descreve sua compreensão sobre a lei de progressão das nações, de como ela se deu em Portugal e continuou no Brasil. Existiria uma regra para as sociedades, semelhante às normas do mundo natural: "Assim como há para os seres da escala zoológica uma lei de constância vital, deve haver a mesma lei de vida para as nações. A lei de constância portuguesa se define no espírito de progressão da raça" (ARANHA, 1921, p. 141). A constância que o autor cita seria explicada pela visão organicista de sociedade, pois, para Aranha todo organismo mantém suas células em um meio idêntico ao original; e a nação portuguesa teria passado para o Brasil os elementos culturais da raça.

Para justificar a união política de Brasil e Portugal, Aranha argumenta que o caráter da raça é o mesmo nos dois povos, assim como o sentimento de defesa do patrimônio português contra a Alemanha – cita as batalhas ocorridas desde o século XVIII para expulsar outros povos – e razões econômicas. Ainda procurando demonstrar os benefícios dessa

união, afirma que ela não se daria pela guerra ou pela morte, mas pela vontade de cinquenta milhões de homens, inspirados pelo pensamento nacional, que quer ser eterno (ARANHA, 1921, p. 145).

Mesmo com a defesa das heranças lusitanas no Brasil, o autor se esforça para afirmar a posição do país na América. Essa postura aparece tanto em *A estética da vida* como no livro *Espírito Moderno*, de 1924. Para Aranha, o Brasil seria o herdeiro da "espiritualidade latina no mundo americano", e diz ainda que "a impulsão americana move sem violência as ideias e a sensibilidade portuguesa" (ARANHA, 1921, p. 145). Para demonstrar as características americanas do Brasil, Aranha procura definir o espírito americano. Com esse objetivo o autor trouxe algumas noções de como foi compreendido o continente. A principal noção que o romancista expõe é a de que a América seria uma ruptura com a tradição europeia e uma civilização de base material. Percebendo que esse significado foi utilizado por muito tempo, Aranha questiona se o americanismo é apenas "uma reação contra o princípio qualitativo que é a matéria prima geradora do espírito latino?" (ARANHA, 1921, p. 176). Na tentativa de demonstrar que não, o ex-diplomata delimita o idealismo americano, composto pelas suas sínteses sociais de "democracia, igualdade internacional, poder do dinheiro, excesso da força, rapidez da ação" (ARANHA, 1921, p. 177).

O autor percebia o Brasil como herdeiro de Portugal e da espiritualidade latina no mundo americano, difundindo duas forças:

A que vem do passado no sangue português e a que recebe do ardente meio físico em que se desenvolve essa transplantação da alma latina. Essas duas forças não se excluem, e enquanto a sua fusão se realiza suavemente e a impulsão americana move sem violência as ideias e a sensibilidade portuguesa, uma vida ardente inflama o imenso país (ARANHA, 1921, p. 145).

A partir da definição do espírito americano, Aranha demonstra de que maneira o Brasil desenvolveu as características do continente, ao mesmo tempo em que conservava os traços herdados de Portugal. O romancista considerava um problema da civilização brasileira saber até que ponto as nossas características europeias

resistiam aos traços americanos, e como esses se adaptavam às tradições dos colonizadores. Na sua interpretação, as características que se sobressaíam no País, a partir da fusão dos espíritos latino e americano, estão visíveis na moral, com a independência de espírito, a ausência de preconceitos, o humanismo e o idealismo clássico.

Na ordem social, o princípio da igualdade, como base do direito público, e a subordinação do poder administrativo à justiça. Na ordem material, o sentimento do progresso indefinido, justificado pela vitória do Homem contra as resistências formidáveis do mundo físico (ARANHA, 1921, p. 177).

Na concepção de Aranha, para entender a unidade brasileira, devemos nos voltar ao fator psicológico, ao espírito de progressão de Portugal – a lei de constância vital. Cada nação recebe um impulso ao qual permanece fiel, como um organismo, que tende a manter suas células em um meio quimicamente idêntico ao originário. A lei de Portugal estaria na preservação e na progressão da raça, que determinou seu espírito de conquista e expansão. Outro fator que Aranha ressalta é o contexto de Portugal e da Espanha no período do descobrimento. A unidade de Portugal, no período, seria refletida no território brasileiro, enquanto a Espanha, fracionada em vários reinos, espelhou a diversidade do mundo hispano-americano (ARANHA, 1924).

Após o estudo de *A estética da vida*, podemos afirmar que Graça Aranha vivenciou o início e a divulgação das ideias modernas no Brasil, os movimentos de renovação artística na Europa e procurou divulgar em sua terra natal ideais da nacionalidade e de como positivá-la. Na sua definição da constituição do ser brasileiro, perpetuou algumas noções do fim do século XIX, como as de raça e de natureza local. Porém, trouxe elementos pouco trabalhados até então, como a metafísica e a imaginação nacional, utilizando questões do inconsciente para explicar a adequação do ser com o meio.

Referências

ARANHA, José Pereira da Graça. *Estética da vida*. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1921.

- ARANHA, José Pereira da Graça. *Obras completas*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1968.
- ADORNO, Theodor W. O ensaio como forma. In: ADORNO, Theodor W. *Notas de literatura I*. São Paulo: Duas Cidades, 2003. p. 15-45.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ARAÚJO, Jean Marcel Oliveira. O pré-modernismo: a luta entre passadistas, modernos e modernistas no campo artístico brasileiro. *Pensares em Revista*, São Gonçalo, n. 1, p. 117-134, jul./dez. 2012. DOI: <https://doi.org/10.12957/pr.2012.4806>.
- AZEVEDO, Maria Helena C. *Um senhor modernista: biografia de Graça Aranha*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2002.
- BARBOSA, Ivan Fontes. Tobias Barreto: mestiçagem e sociologia no Brasil do século XIX. *Moderna språk*, Estocolmo, v. 108, n. 01, 2014.
- BERND, Zilá. *Literatura e Identidade Nacional*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1992.
- BORGES, Bento Itamar. *Ensaios filosóficos e peripécias do gênero*. Caxias do Sul: EDUCS, 2006.
- BOSI, Alfredo. *História concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Editora Cultrix, 1975.
- BOURDIEU, Pierre. A força da representação. In: BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: EDUSP, 1996. p. 107-116.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- BROOKSHAW, David. *Raça e cor na literatura brasileira*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.
- CARVALHO, Carlos Delgado. *História diplomática do Brasil*. Brasília, DF: Ed. Senado Federal, 1998.
- CARVALHO, Elísio de. Os bastiões da nacionalidade. Rio de Janeiro: Anuário do Brasil, 1922.
- CATROGA, Fernando. *Pátria e Nação*. Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/cedope/files/2011/12/P%C3%A1tria%C3%A7%C3%A3o-30-Fernando-Catoga.pdf>. Acesso em: 1 set. 2015.
- CHARTIER, Roger. À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Bertrand/Difel, 1990.
- HARDMAN, Francisco Foot. Antigos Modernistas. In: NOVAES, Adauto (org.). *Tempo e História*. São Paulo: Cia. das Letras: Secretaria Municipal da Cultura de São Paulo, 1992. p. 289-305.
- GARBUGLIO, José Carlos. De Ibsen a Graça Aranha. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 4, p. 81-96, 1968. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.voi4p81-96>.
- GARBUGLIO, José Carlos. *O universo estético-sensorial de Graça Aranha*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1966.
- HOBBSMAWM, Eric. *Nações e nacionalismos desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- KLAXON. Mensário de arte moderna. São Paulo: Is. n.1, dez. 1922-jan. 1923.
- LAFER, Celso. *A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira: passado, presente e futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- LARROSA, Jorge. O ensaio e a escrita acadêmica. *Educação e realidade*, v. 28, n. 2, p. 101-115, jul./dez. 2003.
- MOISÉS, Massaud. *Dicionário de termos literários*. São Paulo: Cultrix, 1974.
- MORAES, Eduardo Jardim de. Modernismo revisitado. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 220-238, 1988.
- MORAES, Eduardo Jardim de. *A brasilidade modernista: sua dimensão filosófica*. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1976.
- MURARI, Luciana. *Tudo mais é paisagem: representações da natureza na cultura brasileira*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2002.
- OLIVEIRA, Lucia Lippi. *A questão da identidade nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- PAES, José Paulo. Canaã e o Ideário Modernista. São Paulo: EDUSP, 1992.
- PASSOS, Aruanã Antônio dos. *Pensamento em combate: Tobias Barreto na aurora da República (1869-1889)*, 2016. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de História (FH), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.
- PESAVENTO, Sandra J. Literatura, História e Identidade Nacional. *Vídyá*, Santa Maria, v. 1, n. 1, p. 9-27, nov. 1976.
- PIRES, Livia Claro. Os inimigos da nação: A Liga Brasileira pelos Aliados e os discursos sobre o perigo alemão durante a grande guerra (1915-1919). *Oficina do Historiador*, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 61-80, jan./jun. 2015. DOI: <https://doi.org/10.15448/2178-3748.2015.1.19878>.
- POUTIGNAT, Philippe. *Teorias da etnicidade*. Seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.
- SILVA, Lindinei Rocha; SILVA, Andrea Targino da. A inscrição do ensaio nos gêneros literários. *Cadernos da FaEL*, Iguazu, v. 3, n. 8, maio/ago. 2010.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999.

SCHWARCZ, Lília K. M. *Espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

THIESSE, Anne-Marie. Ficções criadoras: as identidades nacionais. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 9, n. 15, p. 7-23, 2001/2002. DOI: <https://doi.org/10.22456/1983-201X.6609>.

VELLOSO, Mônica Pimenta. *História e Modernismo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

WALDMAN, Taís. À "frente" da Semana da Arte Moderna: a presença de Graça Aranha e Paulo Prado. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 45, jan./jun. 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-21862010000100004>.

Débora Priscila Graeff

Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em Porto Alegre, RS, Brasil; doutoranda em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) – com bolsa de incentivo concedida pela CAPES – em São Leopoldo, RS, Brasil.

Endereço para correspondência

Débora Priscila Graeff

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Av. Unisinos, 950, Prédio B09, sala 401

Cristo Rei, 93022750

São Leopoldo, RS, Brasil